



ERIVAN LOPES solicitou contratação de apenados

res. Segundo o desembargador Erivan Lopes, a admissão de apenados como empregados terceirizados, além do cumprimento da lei, incentivando, pelo exemplo, os de-

a fazerem o mesmo, também contribui para a redução da violência e da criminalidade, dando oportunidade de trabalho e vida honestos a pessoas que estão pagando ou já pagaram sua dívida para com a sociedade, de forma a que não voltem à prática de crimes. Ressalta o Presidente do TJ-PI que, admitindo mais dois terceirizados, o Tribunal de Justiça também segue o objetivo do Decreto nº 9.450/2018, da Presidência da República, assinado pela ministra Carmem Lúcia, que instituiu a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.

dos querem virar um Moro, ganhar um minuto de celebridade". A declaração foi durante o julgamento de HC de um auditor-fiscal que foi preso na operação.

PROVIDÊNCIAS

A 2ª turma do STF finalizou o julgamento de inquérito instaurado para apurar eventual abuso de autoridade na exibição do ex-governador Sérgio Cabral algemado pelas mãos, cintura e pés, durante transporte para realização de exame de corpo delito. Acompanhando o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, o colegiado determinou a submissão do inquérito à PGR, ao Ministério de Segurança, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Justiça Federal para as providências devidas.

ção. O quinto ministro escapou do processo porque se aposentou antes do início dos procedimentos. Mas o caso foi processado porque houve um acordo com a defesa, se declarando culpado de fraude.

FERIADO

Ao interpor recurso no prazo por causa dos feriados locais, é possível apresentar complemento documental que não foi anexado aos dias sem expediente nos tribunais. Nesse entendimento, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou o agravo contra decisão da Presidência da Justiça que não conheceu o recurso especial por falta de tempestividade.

Admissão por terceirização ilícita

ação do trabalho, a empresa tomadora de serviço não pode contratar o contrato de trabalho sob a forma de Trabalho Temporário. A série de decisões da Justiça do Trabalho em matéria de terceirização em matéria de contratação de pessoal, a autorização de contratação de pessoal em áreas e órgãos. A Justiça do Trabalho tomou a decisão de contratar o pessoal, com a empresa tomadora de serviço. Entretanto, a Justiça do Trabalho não pode dar margem de manobra, como de mão-de-obra, como de mão-de-obra.

ção de mão-de-obra, como de mão-de-obra. A Justiça do Trabalho não pode dar margem de manobra, como de mão-de-obra, como de mão-de-obra.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 - SEBRAE/PI - 3ª CHAMADA

O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PIAUÍ - SEBRAE/PI, através da Comissão Permanente de Licitações torna público que fará realizar licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA FORMAÇÃO DE UM REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para Registro de preços destinado à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de Vans com motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço e pequenas cargas, para atender a demanda do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Piauí - SEBRAE/PI em deslocamentos com km livre, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. O edital pode ser solicitado gratuitamente no site do SEBRAE/PI www.pi.sebrae.com.br, no link "Acompanhe as Licitações do SEBRAE no Piauí" ou na sala de licitações da sede do SEBRAE/PI, em Teresina (o interessado deverá portar mídia para gravação do arquivo). Abertura dia 27/08/2018 às 09:00 horas.

Teresina, 15 de agosto de 2018.

Andrea Monteiro Coqueiro Carvalho
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES



INCONSTITUCIONAL

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo realizou o maior trabalho do que nunca para fazer o controle de constitucionalidade durante o ano de 2017. O número de ações diretas de inconstitucionalidade analisadas no período foi de 868, um aumento de 13% em relação a 2016. Foram julgadas 766, um aumento de 13% em relação a 2016. Aumentou, também, a quantidade de leis e normas questionadas: 972 ações diretas de inconstitucionalidade, contra 905 no ano anterior. A maioria dos casos, 766, é formada por leis que invadem competência do Poder Executivo ou que contêm vício de iniciativa, quando desrespeitada a previsão constitucional que reserva a iniciativa de lei a uma autoridade específica.